TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

1. DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Referência é RATEIO ADMINISTRATIVO E ADESÃO AO PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2026.

1.2. Natureza do objeto:

(X) Comum ( ) Especial ( ) Não se aplica

1.3. Compreende-se que a contratação deverá ser licitada pela modalidade:

( ) Pregão ( ) Concorrência ( ) Leilão ( ) Concurso ( ) Diálogo Competitivo (x) Não se aplica

1.3.1. Registro de Preços:

( ) SIM (x) NÃO

1.4 Será realizada uma contratação direta?

(x) SIM ( ) NÃO

1.4.1 Se sim, qual?

(x) Dispensa ( ) Inexigibilidade

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS

DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
RATEIO ADMINISTRATIVO E ADESÃO AO PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA -	Mês	12	1.800,00	21.600,00

PROSUASA, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2026.				

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação do CIDEMA para a execução da gestão do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade, a padronização e a efetividade das ações de defesa sanitária animal e vegetal no âmbito dos Municípios consorciados, especialmente diante das exigências legais e técnicas impostas pelas normativas federais, estaduais e municipais que regem a matéria. O Consórcio possui estrutura técnica especializada, corpo profissional qualificado e experiência institucional compatível com a complexidade das atividades inerentes ao PROSUASA, atuando de forma integrada, contínua e complementar aos Serviços de Inspeção Municipais, sem prejuízo das competências legais atribuídas a cada ente municipal.

A atuação do CIDEMA não se confunde com a execução direta dos serviços de inspeção animal, cuja responsabilidade permanece sob titularidade exclusiva dos Municípios, mas se materializa no suporte técnico, na supervisão, no acompanhamento e na auditoria das atividades realizadas pelos fiscais municipais, garantindo conformidade normativa, uniformidade de procedimentos, segurança jurídica dos atos administrativos e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Além disso, a gestão consorciada viabiliza a implantação, manutenção e o aperfeiçoamento de instrumentos de vigilância e defesa sanitária, possibilitando a prevenção, o controle e a erradicação de doenças de relevância sanitária, com impactos diretos na proteção da saúde pública, na segurança alimentar e no fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias.

A contratação também se justifica pela necessidade de apoio técnico permanente aos Municípios consorciados para adequação às exigências dos órgãos oficiais de defesa sanitária, por meio da padronização de procedimentos, da melhoria dos registros e controles oficiais, da atualização normativa e da qualificação das equipes envolvidas. Nesse contexto, o CIDEMA desempenha papel estratégico ao promover capacitações, treinamentos, assessoramento técnico e orientações contínuas aos profissionais responsáveis pela execução das ações de inspeção, vigilância e fiscalização, contribuindo para o aprimoramento institucional e operacional dos serviços municipais.

Ressalta-se, ainda, a relevância da atuação do Consórcio na articulação com órgãos estaduais e

federais, laboratórios oficiais e demais instituições, assegurando o alinhamento das ações locais aos programas regionais e nacionais de defesa sanitária, bem como o intercâmbio de informações técnicas e o atendimento às diretrizes estabelecidas no âmbito do PROSUASA. A elaboração de pareceres técnicos, relatórios analíticos, estudos diagnósticos e ações educativas fortalece a tomada de decisão administrativa, orienta a correção de inconformidades e amplia o alcance das políticas públicas de sanidade agropecuária.

Dessa forma, a contratação do CIDEMA revela-se medida eficiente, econômica e juridicamente adequada, pois racionaliza recursos públicos, evita a duplicidade de estruturas administrativas nos Municípios, promove a gestão compartilhada de competências técnicas especializadas e assegura a execução qualificada das ações necessárias à manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, garantindo o cumprimento das obrigações legais e a proteção da saúde pública no exercício de 2026.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

A presente contrataçaõ será destinada a atender as necessidades da Secretaria de Agricultura.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma e critério de julgamento a ser utilizada no presente certame será o menor preço por:

() item ( ); por lote; (x) global.

Para o presente processo de contratação, será adotado o critério de julgamento pelo menor preço global.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Condições especiais de habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira) estão descritas no item no Estudo Técnico Preliminar de aquisição, com quantitativo mínimo de itens, e não será permitida a participação de Pessoa Física, uma vez que a mesma não conseguirá cumprir com os requisitos mínimos de contratação já definidos na etapa do Estudo Técnico Preliminar.

6.2. O edital será elaborado após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, com isso, haverá um item em específico que constará toda a documentação necessária para a participação do licitante no processo licitatório, que deverá ser seguido precisamente.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio;

7.2. Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente;

7.3. Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo consórcio no exercício de 2026;

7.4. Colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços desde que credenciados;

7.5. Colocar à disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para solicitação/pedidos para fornecimento dos produtos licitados;

7.6. Encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;

7.7 Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.

7.8. Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

a. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATADA.

b. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

c. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1° do art. 117 da Lei 14.133/2021.

d. A conformidade do item a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

e. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei n° 14.133/2.

f. Fica designada o servidor Ivan Carlos Girotto, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado, nos termos disciplinados nos art. 117 e §º da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DOS ITENS

9.1.O presente objeto se enquadra como fornecimento contínuo?

( ) SIM (x) NÃO

9.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de União do Oeste, por intermédio dos secretários de cada pasta, que acompanharão a prestação do serviço/entrega do objeto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de União do Oeste e terá as seguintes atribuições:

a) Receber o serviço/material, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

c) Assegurar ao CONTRATADO acesso às suas dependências, por ocasião da entrega do serviço.

d) Agir e decidir em nome do Município de União do Oeste, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) fornecido(s) em desacordo com as especificações exigidas.

e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do(s) serviços(s).

f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.

g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.

i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA**.**

k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s),

quando essa discordar do Município de União do Oeste.

l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

m) A vigência da referida contratação é até 31 de dezembro de 2026.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela participação do Município de União do Oeste no Consórcio Intermunicipal Econômico Social e Meio Ambiente – CIDEMA será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação do respectivo recibo de pagamento pela CONTRATADA, juntamente com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho..

10.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3. O Município de União do Oeste poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

10.4. A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de União do Oeste.

10.5. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

10.6. A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de União do Oeste.

10.7. Débito da CONTRATADA para com o Município de União do Oeste quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

10.8. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.9. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de União do Oeste, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do União do Oeste do mês anterior ao do

pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

10.10. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Recibo correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Município de União do Oeste, mediante transferência bancária, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela contratada na nota fiscal/fatura contém obrigatoriamente BANCO/INSTITUIÇÃO, CÓDIGO DO BANCO, Nº DA AGÊNCIA, TIPO DE CONTA, Nº DA CONTA, NOME DO 1º TITULAR, CPF/CNPJ.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2026.

Desp. 69 MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
07.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
3.1.71.00.00
1.500.0000.1100.00 - Recursos Ordinários

Desp. 72 MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
07.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
3.3.71.00.00
1.500.0000.1100.00 - Recursos Ordinários

Desp. 75 MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
07.001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
4.4.71.00.00
1.500.0000.1100.00 - Recursos Ordinários

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO	UND	QUANT	COT. 01	COT. 02	COT. 03
RATEIO ADMINISTRATIVO PELA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE – CIDEMA.	ANO	1	21.600,00	21.600,00	21.600,00

12.1. Por se tratar de contratação junto a um consórcio público, do qual o Município de União do Oeste/SC já é participante, a manutenção da parceria para o exercício de 2026 justifica-se pela continuidade das atividades administrativas e dos serviços consorciados prestados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente – CIDEMA.

Para a definição do valor a ser repassado, foi realizada pesquisa comparativa junto às contratações de municípios vizinhos, conforme registros no Diário Oficial dos Municípios (DOM), com o objetivo de verificar os valores praticados por outros participantes do mesmo consórcio.

A pesquisa demonstrou que o valor de R$ 21.600,00 está em conformidade com os valores pagos pelos municípios de Ipuaçu, Coronel Freitas e São Domingos/SC, evidenciando a compatibilidade e razoabilidade do custo em relação à prestação dos serviços consorciados. Tal procedimento garante economicidade, transparência e equilíbrio financeiro na execução do programa, atendendo aos princípios da

Administração Pública.

13. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumo a responsabilidade.

14. RESSALVA

Após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, será elaborado o Edital. Nesse processo, poderão surgir novas inclusões relacionadas à forma de pagamento, fiscalização, entre outros aspectos. Assim, recomenda-se a leitura atenta do Edital, para garantir que o procedimento seja realizado corretamente, atendendo às necessidades da Administração Pública, e para entender claramente as exigências de habilitação e entrega do objeto.

Município de União do Oeste (SC), em 09 de janeiro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
IVANIR LUZZI
Data: 13/01/2026 10:01:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ivanir Luzzi

Secretário de Agricultura